

# Mordomia é antiga

CHRISTIANE SAMARCO

Há pelo menos 30 anos o contribuinte financia santiagos, cartazes, edições de livros, jornais e a impressão de cadernos com políticos sorridentes na capa. A polêmica sobre o uso eleitoral dos recursos públicos destinados à Gráfica do Senado Federal começou em 1963, com a disposição do Congresso de democratizar a divulgação das atividades do parlamentar, e sobreviveu à ditadura e à redemocratização do país.

No começo, as impressoras eram acionadas apenas para registrar discursos. Depois, a criatividade dos políticos multiplicou a utilidade da gráfica oficial: imprimir cartões de Natal, com a foto da família do parlamentar, como fez o casal Camata — a deputada Rita e o senador Gerson, posando ao lado da filha Enza. Com o crescimento da bancada de esquerda, as publicações evoluíram para tablóides, ilustrados com fotos do parlamentar em ação. Foi este o motivo do escândalo que envolveu o senador Maurício Corrêa (então no PDT-DF) em 1989.

O senador mandou imprimir milhares de exemplares de um

jornalzinho que trazia na capa uma foto sua, abraçado ao candidato Brizola. Foi alvo de uma ação popular pelo uso eleitoral da gráfica, com risco de impugnação da candidatura. Mas defendeu-se, argumentando que o resumo de suas atividades poderia ter sido publicado no Diário do Congresso, e nesse caso, não teria havido acusação alguma. A ação foi arquivada pelo Tribunal de Justiça do DF.

O senador Ney Maranhão (PRN-PE) foi outro que virou réu numa ação popular semelhante. Usou sua cota para imprimir milhares de cadernos, naturalmente com sua fotografia e seu nome na capa, mas não a sigla do partido. A defesa do pernambucano foi *sui generis*. O senador argumentou que estava abrindo mão da própria cota para garantir material escolar a crianças carentes. Acrescentou que no desenvolvimento Sul do país, os eleitores gostam de receber livros com os discursos, mas o mesmo não ocorre no Nordeste faminto e analfabeto. E encerrou citando o artigo 205 da Constituição, que garante à criança o direito à educação. A Justiça lhe deu ganho de causa.